

NOTA DE IMPRENSA

DGPC inscreve a manifestação «Romaria de Nossa Senhora dos Remédios do Arco de Baúlhe» como Património Cultural Imaterial

A Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) inscreveu a «Romaria de Nossa Senhora dos Remédios do Arco de Baúlhe» no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, conforme Despacho da Subdiretora-geral do Património Cultural de 21 de abril de 2023, que será publicado em breve em Diário da República. Com esta inscrição, a DGPC reconhece que a referida Romaria se mantém presente e ativa na matriz identitária da comunidade de Arco de Baúlhe, freguesia do município de Cabeceiras de Basto.

A Romaria data do século XVIII, e surge em consequência do culto Mariano, praticado no Arco de Baúlhe em Honra de Nossa Senhora dos Remédios, desde 1609. Atualmente decorre no primeiro fim-de-semana de setembro, sob organização da Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios, representada por um grupo de voluntários locais, de diferentes idades e classes sociais.

Durante o fim-de-semana da Festa, realçam-se os momentos da Procissão de Velas, na sexta-feira; a “Noitada da Senhora dos Remédios”, no sábado, tradicional arraial onde os romeiros e locais aproveitam para cantar e dançar; e no domingo a Missa em Honra de Nossa Senhora dos Remédios e a Procissão do Triunfo. Ao longo destes três dias conta-se com a participação de vários grupos musicais, ranchos folclóricos, bandas filarmónicas, grupos de bombos, de concertinas, de gaitas-de-fole, andores adornados com flores naturais e fogo-de-artifício.

O pedido de registo foi submetido pela Associação dos Festeiros do Arco. Resulta de um trabalho de recolha e reflexão conduzido pela própria Associação, entre 2020 e 2021, em estreita articulação com a comunidade local, os elementos voluntários na manifestação e os romeiros da Romaria de Nossa Senhora dos Remédios do Arco de Baúlhe.

O público pode, a partir de agora, ter acesso na plataforma (<http://www.matrizpci.dgpc.pt/>) à documentação que caracteriza esta manifestação do património cultural imaterial nacional, cuja continuidade se deseja salvaguardar.

Lisboa, 26 de abril de 2023